



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
*Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente*

**DECISÃO DE INCIDÊNCIAS AMBIENTAIS**

Identificação			
Designação do Projecto:	Parque Eólico ENERFER I		
Tipologia de Projecto:	Parque Eólico	Fase em que se encontra o Projecto:	Estudo Prévio
Localização:	Freguesia de Retaxo (Castelo Branco)		
Proponente:	ENERFER – Produção de Energia Solar e Eólica, Lda.		
Entidade licenciadora:	Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG)		
Autoridade de AlncA:	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C)		Data: 8 de Abril de 2010

Decisão:	<b>Decisão de Incidências Ambientais (DIncA) Favorável Condicionada</b>
----------	---

<b>Condicionantes:</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Obtenção do reconhecimento de interesse público por deliberação da Assembleia Municipal de Castelo Branco, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 52.º do Regulamento do Plano Director Municipal (PDM) de Castelo Branco.</li><li>2. Apresentação dos boletins de verificação do equipamento de medição do ruído utilizado e identificação da entidade que procedeu ao estudo do ruído ambiental.</li><li>3. Preservação dos exemplares de sobreiro, existentes na área de estudo.</li><li>4. Salvaguarda da operacionalidade do posto de vigia “Olelas” (PV-39-05), localizado na área do projecto, pertencente à Rede Nacional de Postos de Vigia (RNPV).</li><li>5. Resolução de eventuais interferências/perturbações do projecto na recepção radioelétrica em geral e, em particular, na capacidade de radiocomunicações da RNPV e na recepção de emissões de radiodifusão televisiva.</li><li>6. Obtenção do levantamento da proibição imposta pelo regime jurídico relativo a terrenos com povoamentos florestais percorridos por incêndios, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de Outubro, na sua redacção actual.</li><li>7. Cumprimento do disposto no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) do concelho de Castelo Branco.</li><li>8. Execução das recomendações da Circular de Informação Aeronáutica n.º 10/03, de 6 de Maio, do Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC) – Limitações em Altura e Balizagem de Obstáculos Artificiais à Navegação Aérea.</li><li>9. Cumprimento da servidão administrativa em redor do sinal do marco geodésico de Olelas, com o raio mínimo de 15m, devendo a extensão da zona de protecção ser determinada em função da visibilidade que deve ser assegurada ao sinal e entre os diversos sinais, de acordo com o Decreto-Lei n.º 143/82, de 26 de Abril.</li><li>10. Realização do projecto e construção de elementos de drenagem das águas pluviais, para plataformas definitivas, nomeadamente, valetas e passagens hidráulicas.</li><li>11. Não impermeabilização de acessos.</li><li>12. Interdição, quer durante a fase de construção quer de exploração, da circulação de veículos motorizados não afectos ao empreendimento na zona de implantação do mesmo, salvo em situações em que os proprietários dos terrenos necessitem do acesso aos mesmos e em situações de emergência, mediante a implementação de estruturas eficazes para este fim, cuja manutenção terá que ser assegurada pelo promotor até à altura de desactivação do projecto.</li><li>13. Não intervenção em áreas mais declivosas (<math>\geq 17^\circ</math>), redução da área de intervenção ao estritamente necessário e controlo dos movimentos de terra e dos locais de circulação das máquinas.</li><li>14. Assegurar a regular manutenção, conservação e limpeza dos acessos ao parque</li></ol>
------------------------	--



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
**Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente**

	<p>eólico, de modo a garantir uma barreira à propagação de eventuais incêndios e a garantir o acesso e a circulação a veículos de combate a incêndios florestais.</p> <p>15. As medidas de minimização a implementar durante a fase de obra (sinalização, acompanhamento, valorização) devem estar devidamente previstas no caderno de encargos, tal como o restante Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra, o Plano de Gestão de Resíduos e o Plano de Recuperação Paisagística.</p> <p>16. Cumprimento das medidas de minimização, dos programas de monitorização e dos elementos a entregar em sede de licenciamento, constantes da presente DIncA.</p> <p>17. Os relatórios de monitorização dos planos de monitorização dos factores biológicos e ecológicos (quirópteros e avifauna) e do ruído devem ser remetidos à CCDR-C.</p> <p>18. Informar as entidades utilizadoras do espaço aéreo na zona envolvente do projecto sobre a construção e instalação do parque eólico.</p> <p>19. Informar da construção e instalação do projecto as entidades normalmente envolvidas na prevenção e combate a incêndios florestais, nomeadamente, os Serviços Municipais de Protecção Civil e a corporação de bombeiros do concelho abrangido, a Autoridade Florestal Nacional e a Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro.</p> <p>20. Comunicar à CCDR-C o início dos trabalhos, de forma a assegurar o acompanhamento da fase de obra pela CCDR-C.</p>
--	--

<b>Elementos a entregar em sede de licenciamento</b>	<p>1. Demonstração da obtenção de reconhecimento de interesse público, de acordo com o disposto na condicionante n.º 1 da presente DIncA.</p> <p>2. Apresentação dos boletins de verificação do equipamento de medição do ruído utilizado e identificação da entidade que procedeu ao estudo do ruído ambiental.</p> <p>3. Apresentar o layout final do parque para aprovação por parte da CCDR-C.</p> <p>4. Demonstrar que o layout final assegura a afectação mínima de áreas de afloramentos rochosos.</p> <p>5. Apresentar o projecto de drenagem das águas pluviais, para plataformas definitivas, nomeadamente, valetas e passagens hidráulicas.</p> <p>6. As medidas de minimização a implementar durante a fase de obra (sinalização, acompanhamento, valorização) devem estar devidamente previstas no caderno de encargos, tal como o restante Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra, o Plano de Gestão de Resíduos e o Plano de Recuperação Paisagística.</p> <p>7. Apresentar os planos de monitorização dos factores biológicos e ecológicos (quirópteros e avifauna), bem como eventuais medidas de minimização adicionais que venham ser consideradas necessárias, mediante a aprovação prévia do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB).</p>
--	---

**Outras condições para licenciamento ou autorização do projecto:**

**Medidas de minimização:**

1. Executar as seguintes medidas constantes na Lista de Medidas de Minimização Gerais da Fase de Construção, disponível no sítio de Internet da Agência Portuguesa do Ambiente: 1, 3, 4, 5, 7, 9, 10, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 28, 29, 30, 33, 40, 42 e 49.
2. Limitar as movimentações de máquinas à zona de construção, devendo assinalar-se e restringir-se os locais de circulação de engenhos e veículos afectos à obra através de sinalização adequada, cumprindo o Regulamento de Sinalização Temporária de Obras e Obstáculos na Via Pública.
3. Recuperar as vias utilizadas para acesso à obra que forem danificadas (após a finalização da construção, ou mesmo durante, nos casos em tal se justifique).
4. Suspender de imediato a circulação no caso de derrame accidental de óleos ou outras substâncias passíveis de degradar as condições de segurança rodoviária, isolando a área afectada e removendo o contaminante com produto adequado (absorvente), de modo a evitar a sua dispersão pela via.
5. Planear os fluxos de tráfego pesado, antes do início das fases mais críticas da obra, de forma a garantir que a circulação ocorra em período diurno e fora das horas de ponta, dando preferência aos percursos que atravessassem menor número de zonas residenciais ou outros usos sensíveis.



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
*Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente*

6. Optimizar as deslocações para os estaleiros, de modo a reduzir ao mínimo a circulação de veículos em áreas de solos desagregados.
7. Junto das habitações, devem manter-se limpos os acessos através de lavagens regulares dos rodados e das máquinas e veículos afectos à obra.
8. Controlar a carga dos veículos de transporte de materiais, de forma a acondicionar adequadamente os materiais transportados e a assegurar que não circulam excessivamente carregados.
9. Numa fase posterior à execução das obras deve ser reposta a situação original (ou outra que se mostre mais favorável) da área afectada ou das vias de acesso danificadas em consequência da obra e das áreas dos estaleiros.
10. Cumprimento do Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes.
11. Todos os resíduos recolhidos devem ser conduzidos até depósito/destino final apropriado, cumprindo a legislação aplicável.
12. A rejeição de resíduos e efluentes de qualquer natureza para os solos ou para os cursos de água ou zonas adjacentes não é permitida.
13. Os resíduos perigosos devem ser alvo de gestão individualizada, nos termos previstos na lei.
14. O sistema de gestão de efluentes e resíduos a implementar deverá definir: (i) o número e tipologia de contentores a instalar para a deposição selectiva e o adequado armazenamento dos resíduos gerados, (ii) o local previsto para o armazenamento temporário, devidamente impermeabilizado e estanque, de resíduos e efluentes e as suas características, (iii) a forma de garantir a separação dos resíduos em classes diferenciadas, conforme a sua natureza e (iv) a forma de recolha e transporte dos resíduos e efluentes a destino final adequado e respectiva periodicidade.
15. Em caso de derrame accidental de qualquer substância poluente o local deve ser imediatamente limpo, com a remoção da camada de solo afectada, e os resíduos resultantes encaminhados para destino final adequado. Se necessário, devem ser contactadas de imediato as entidades competentes e terceiros que possam estar directa ou indirectamente envolvidos na situação.
16. Não proceder à manutenção e abastecimento de viaturas e maquinaria nas frentes de obra. Em caso de impossibilidade técnica de deslocação a oficinas, prever uma área impermeabilizada no interior do estaleiro, utilizando uma bacia de retenção amovível para efectuar mudanças de óleos, devendo os mesmos ser recolhidos e armazenados temporariamente em local seguro, e ser expedidos para destino final adequado com a maior brevidade possível. O transporte deve ser efectuado por uma empresa licenciada para o efeito nos termos previsto na lei.
17. As áreas afectas à REN não devem ser expostas a situações de modelação de terreno, devendo ser evitada a alteração da sua morfologia.
18. Sempre que, devido às obras efectuadas, o coberto vegetal nas áreas de REN seja perturbado, este deve ser reposto de modo a se obter uma situação idêntica à original.
19. Reduzir ao mínimo indispensável a alteração da morfologia original do local, nomeadamente no que se refere à instalação dos estaleiros de obra e de outras estruturas de apoio à execução dos trabalhos.
20. Deve ser averiguada a existência de infra-estruturas, nomeadamente de electricidade, de saneamento básico ou de distribuição de água, enterradas no local de implantação dos aerogeradores de modo a não serem afectadas pela abertura das escavações.
21. Deve, sempre que possível, ser evitada a destruição dos afloramentos rochosos que existem na área de influência dos aerogeradores, quer para a zona do estaleiro e das plataformas de montagem, quer no que se refere à eventual requalificação dos acessos existentes.
22. Após a fase de construção, deve remover-se as estruturas temporárias e os materiais excedentários, devendo ainda ser consideradas medidas de reposição da situação inicial, em termos de modelação do relevo.
23. Nos locais a impermeabilizar e onde se execute a movimentação pontual de terras, o terreno deve ser decapado, removendo a terra viva para que, quando adequado, aquela possa ser reutilizada na obra e na recuperação de áreas afectadas.
24. Deve evitar-se o depósito, mesmo que temporário, de restos de materiais de construção e demolição, embalagens, entre outros desperdícios produzidos durante a fase de construção. Os materiais excedentes devem ser conduzidos a destino final licenciado.
25. Os solos degradados pela erosão por factores físicos, por produtos químicos ou pela intervenção humana devem ser tratados num curto espaço de tempo, no sentido de restabelecer as suas características e equilíbrio natural.
26. Promover a contenção visual das áreas de estaleiro e da obra, de forma a minimizar as incidências visuais previsíveis a partir da envolvente.
27. Devem ser colocadas, sempre que possível, estruturas de protecção nas espécies arbóreas que se encontrem no limite do caminho por onde os veículos pesados irão passar, de modo a investir na sua salvaguarda.
28. Para as espécies vegetais autóctones ou com interesse ecológico existentes no local, que sejam afectadas pela implantação do projecto e que apresentem boas condições fitossanitárias, deve ser equacionado, se viável, o seu transplante para local provisório para posterior utilização na execução da recuperação das áreas afectadas.
29. O Plano de Recuperação Paisagística deve promover a utilização de espécies autóctones e características da região mediterrânica, e não deverão ser utilizadas espécies exóticas nem listadas como invasoras pelo Decreto-



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
*Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente*

Lei n.º 565/99, de 21 de Dezembro.
30. Realização de aspersões periódicas dos solos nas áreas sujeitas a movimentações de terra e nos respectivos caminhos de acesso evitando, deste modo, o levantamento de poeiras que reduzem significativamente a qualidade visual e cénica da paisagem.
31. Implementar o Plano de Recuperação Paisagística, ao nível do restabelecimento da cobertura vegetal das áreas afectadas na fase de construção, no cumprimento do disposto no PROF Beira Interior Sul (D.R. n.º 10/2006, de 24 de Julho).
32. Para os taludes de escavação, tanto para os que possam vir a existir ao longo dos caminhos de acesso, como na envolvente das plataformas de apoio à construção dos aerogeradores, deve ser aplicado um revestimento por sementeira de mistura herbácea e arbustiva em todos os taludes, bem como em toda a área envolvente a estes, que tenha sofrido desmatização ou compactação do solo.
33. No caso dos taludes de aterro deve ser aplicada uma sementeira de mistura herbácea e arbóreo-arbustiva.
34. As fundações dos aerogeradores devem ser cobertas com terra vegetal e sobre elas deve ser aplicada uma sementeira de mistura herbácea e arbóreo-arbustiva. A aplicação da sementeira deverá ser estendida a toda a área envolvente à base dos aerogeradores que tenha sofrido desmatização ou compactação do solo.
35. As valas que forem abertas para colocação dos cabos eléctricos devem ser revestidas com terra vegetal e aplicada a sementeira arbóreo-arbustiva, após o seu recobrimento.
36. Os apoios dos postes de média tensão devem ser cobertos com terra vegetal e sobre eles deve ser aplicada uma sementeira herbácea e arbustiva. A aplicação da sementeira deve ser estendida a toda a área envolvente aos apoios dos postes de alta tensão que tenha sofrido desmatização ou compactação do solo.
37. As acções relativas à instalação e funcionamento do estaleiro, as zonas de acesso e as estruturas associadas à obra devem cingir-se espacialmente ao estritamente necessário, de forma a minimizar a impermeabilização de áreas de recarga dos aquíferos.
38. Apesar de não se preverem impactes significativos decorrentes da utilização de explosivos nas operações de escavação, caso venham a ser utilizados, a sua detonação deve ser realizada com recurso a técnicas de pré-corte e micro-retardadores.
39. No caso de afectação de sistemas de abastecimento de água, identificados na área do Parque Eólico, devido à utilização de explosivos, deve ser reposta a situação actual.
40. Devem ser reduzidas ao mínimo indispensável as áreas impermeabilizadas, promovendo-se a descompactação dos solos das zonas de trabalho após conclusão das obras.
41. Reduzir ao mínimo recomendado para segurança aeronáutica a iluminação do Parque Eólico, de modo a não constituir motivo de atracção para aves ou morcegos.
42. Evitar a afectação de afloramentos rochosos.
43. Preservar os exemplares de sobreiro existentes.
44. Obtenção de Licença Especial de Ruído, nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, caso as intervenções decorra em período condicionado, de acordo com as especificações do artigo 14.º do diploma legal referido.
45. Utilizar veículos, máquinas e equipamentos que respeitem os níveis de potência sonora definidos no Decreto-Lei n.º 221/2006, de 8 de Novembro, que estabelece as regras a aplicar em matéria de emissões sonoras de equipamento para utilização no exterior.
46. Isolar acusticamente os equipamentos fixos que se possam revelar fontes significativas de emissão, através da instalação de canópias ou encapsulamentos apropriados.
47. Adoptar as medidas aplicáveis previstas no Regulamento Geral do Ruído e no Decreto Regulamentar n.º 9/92, de 28 de Abril (sobre a protecção dos trabalhadores contra o ruído).
48. Devem ser realizadas prospecções sistemáticas a toda a área abrangida pelo projecto, incluindo a zona dos estaleiros (plataformas de montagem dos aerogeradores) e respectivos acessos. Caso se identifiquem vestígios patrimoniais deve-se implementar um programa de salvaguarda, a elaborar em função das características específicas dos eventuais vestígios arqueológicos.
49. Todos os revolvimentos de terras directamente relacionados com o projecto, bem como todos os trabalhos de preparação do terreno deverão ser alvo de acompanhamento arqueológico, de acordo com os procedimentos considerados indispensáveis pelo IGESPAR.
50. O acompanhamento arqueológico deve ser realizado por uma equipa técnica dimensionada às necessidades da empreitada, sendo a direcção da responsabilidade de um arqueólogo credenciado.
51. As obras devem ser suspensas e devem ser realizados trabalhos arqueológicos de emergência, caso sejam localizados, na sequência da remoção ou movimentação de terras, elementos patrimoniais.
52. Os trabalhos a realizar devem estar devidamente autorizados pelo IGESPAR.
53. Recorrer, sempre que possível, à mão-de-obra local, tanto na construção do Parque Eólico como na sua manutenção, favorecendo a colocação de desempregados residentes no concelho de Castelo Branco.
54. Adquirir produtos e serviços junto de empresas da fileira da construção sedeadas em no concelho de Castelo Branco, no sentido fixar o valor acrescentado gerado pelo projecto no território em que se insere.
55. Os veículos afectos às obras deverão circular com os faróis ligados “em médios” durante o dia, de forma a se



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
**Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente**

tornarem mais visíveis para os utentes das vias de comunicação.
56. Devem ser criadas áreas de segurança com acessos interditos, principalmente na fase de abertura das fundações dos aerogeradores, das valas de cabos, escavações e na fase da montagem dos aerogeradores, com vista a reduzir o risco de acidente, pela aproximação de pessoas aos locais das obras.
57. Devem ser avisadas as entidades responsáveis pela prevenção e combate a incêndios, nomeadamente, os corpos de bombeiros locais, os Serviços Municipais de Protecção Civil e as entidades do Ministério da Agricultura e Pescas competentes na matéria, particularmente a Autoridade Florestal Nacional.
58. Deve ser colocada sinalética disciplinadora e condicionadora de comportamentos que suscitem um aumento do risco de incêndio, sobretudo, foguear ou deixar material inflamável ou potencialmente deflagrador de fogo, como embalagens de vidro ou metálicas reflectoras.
59. Devem ser devidamente sinalizadas as estradas e caminhos a utilizar, evitando-se a circulação fora dessas áreas.
<b>Programas de Monitorização</b>
<b>1. Ruído</b> <p>O presente plano de monitorização justifica-se face à incerteza associada às previsões em relação ao hipotético receptor R1 – Campo de Tiro, na fase de exploração do Parque Eólico.</p> <p>O referido local encontra-se neste momento desactivado, pelo que as acções de monitorização só devem ser desencadeadas no caso de reocupação deste local com ocupação humana sensível, ou seja, actividades de lazer que impliquem, nomeadamente, a estadia prolongada no local.</p> <p>Neste contexto, preconizam-se os seguintes objectivos específicos da monitorização:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Determinar com maior rigor o impacte sonoro do funcionamento do parque eólico sobre o receptor;</li><li>• Avaliar o cumprimento da legislação em matéria de ruído (Regulamento Geral do Ruído - Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de Janeiro);</li><li>• Avaliar a eficácia das medidas de minimização preconizadas e preconizar o seu reforço em caso de necessidade.</li></ul> <p>O plano de monitorização proposto destina-se apenas à fase de exploração do projecto.</p> <p><b>Locais e frequência da amostragem</b></p> <p>O local de amostragem deve ser no Campo de Tiro (R1) junto às edificações onde permaneçam, numa hipótese futura, ocupação humana sensível (zonas de estadia).</p> <p>Propõe-se que seja efectuada uma campanha inicial de medição para aferição da situação em plena exploração, com a duração mínima de 3 dias, consecutivos ou não, de forma a amostrar várias condições de vento e funcionamento dos aerogeradores e assim obter uma representatividade adequada.</p> <p>Devem ser recolhidas várias amostras em cada um dos períodos de referência legais à data de realização.</p> <p>Após essa campanha inicial, e em função dos resultados obtidos, deve ser revista a estratégia de amostragem, definindo, em caso de necessidade, uma frequência adequada às condições verificadas no terreno.</p> <p><b>Parâmetros a monitorizar</b></p> <p>A monitorização dos níveis sonoros deve abranger os parâmetros fundamentais para assegurar o cumprimento dos objectivos estabelecidos e da legislação em vigor nesta matéria (RGR).</p> <p>Neste contexto, o parâmetro acústico de referência será o nível sonoro contínuo equivalente ponderado A, LAeq, nos 3 períodos de referência (diurno, entardecer, nocturno), de acordo com o artigo 3.º do RGR.</p> <p>Sugere-se, ainda, a recolha de alguns parâmetros adicionais com vista a uma melhor caracterização do ambiente sonoro local, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Nível sonoro excedido durante 50% do tempo de amostragem, L50;</li><li>• Nível sonoro excedido durante 95% do tempo de amostragem, L95.</li></ul> <p>Estando em causa actividades ruidosas permanentes aplica-se o disposto no artigo 13.º do RGR, nomeadamente a verificação, nas zonas sensíveis, nas zonas mistas e nos receptores sensíveis isolados existentes na envolvente, dos limites de exposição sonora (definidos no artigo 11.º) e do critério de incomodidade. Este último pressupõe a determinação das eventuais características impulsivas e/ou tonais do ruído particular em avaliação, e demais correcções indicadas no Anexo I do referido diploma.</p> <p>As medições a realizar devem ser acompanhadas de uma medição rigorosa da velocidade e direcção do vento de</p>



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
*Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente*

forma a correlacionar estes parâmetros com os resultados obtidos.

**Técnicas, métodos de análise e equipamentos necessários**

As técnicas, métodos e equipamentos de medição do ruído devem garantir o cumprimento da legislação e normas aplicáveis, concretamente o RGR e a NP 1730, de forma a assegurar a validade dos resultados obtidos.

O equipamento a utilizar nas medições deve ser um sonómetro integrador, homologado e calibrado anualmente de acordo com os requisitos legais em vigor. A calibração do aparelho de medida deve ser realizada antes e após a realização das medições, utilizando o calibrador acústico tipo I.

Devem ser empregues procedimentos técnicos para medição de ruído no exterior, conforme expresso na NP 1730.

No caso de queixas devido a incomodidade, podem ser realizadas medições no interior das habitações afectadas, seguindo as instruções específicas constantes na NP 1730.

Os intervalos de medição devem ser suficientemente extensos de forma a integrar os eventos sonoros das actividades associadas à fase de construção a que se reportam, não devendo de uma forma geral ser inferiores a 30 minutos.

**Tratamento de dados e discussão dos resultados**

Os resultados obtidos em termos de medições de ruído devem ser analisados à luz da legislação em vigor na matéria, mais concretamente com os limites e critérios definidos no RGR.

Deve ser efectuada uma análise estatística dos resultados obtidos e discutida a sua variação temporal e espacial, tentando estabelecer relações causa-efeito com a actividade desenvolvida e com a respectiva fonte sonora associada. Para tal será essencial ter acesso aos dados de exploração dos aerogeradores, nomeadamente o seu regime de funcionamento aquando dos períodos de amostragem ("Modo" de funcionamento, rpm, velocidade do vento, entre outros parâmetros).

Devem ser evidenciados os períodos que tenham causado eventual violação dos limites estabelecidos na lei, bem como a duração estimada de tais acontecimentos.

A análise a realizar deve permitir avaliar a eficácia das medidas preventivas recomendadas (modos de funcionamento com atenuação acústica). Deve igualmente ser equacionado e discutido o seu reforço ou a sua complementação com outras, caso as situações detectadas o justifiquem.

No caso de se obterem resultados que indiciem a ocorrência de incidências negativas significativas no ambiente sonoro local, junto ao receptor em análise, devem ser implementadas medidas suplementares que possibilitem o seu controlo. Esta decisão deve ser ponderada caso a caso, em função da gravidade dos problemas detectados, podendo compreender, entre outras, a adopção das seguintes medidas:

- I. Implementação de modos de funcionamento atenuadores do ruído (Modos 1 e 2), pelo menos a partir da velocidade de vento em que se começam a verificar as afectações;
- II. Limitação (paragem) do funcionamento do aerogerador a partir da velocidade de vento que se conclua começarem a verificar-se afectações significativas;
- III. Reforço do isolamento acústico da fachada, cobertura, portas e vãos envidraçados dos edifícios no interior dos quais se processem actividades sensíveis ao ruído (ver a este propósito o articulado expresso no n.º do artigo 13.º do RGR)

A revisão do programa de monitorização pode obedecer aos seguintes critérios, sem prejuízo de outros que se revelem pertinentes durante o decorrer da monitorização:

- Detecção de incidências negativas significativas directamente imputáveis ao parque eólico, devendo agir-se no sentido de aumentar o esforço de minimização;
- Existência de queixas dos moradores/utilizadores nas proximidades do local, devendo realizar-se medições adicionais junto das habitações ou zonas em causa, de forma a avaliar a situação;
- Estabilização da situação, comprovadamente sem impactes acústicos significativos, cenário no qual se poderá abandonar a monitorização.

De qualquer modo, a frequência de amostragem deve ser revista após a campanha inicial da fase de exploração, depois da eventual reactivação das instalações do campo de tiro com ocupação humana sensível.

**2. Fauna**

Para um completo cumprimento dos objectivos de monitorização, os estudos a desenvolver devem decorrer nas fases pré-construção (situação de referência), construção e exploração. Para otimizar os dados subsequentes a cada campanha, sugere-se desde já uma adequação da periodicidade das campanhas a realizar, sempre que esta se



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
*Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente*

revele desadequada aos resultados obtidos e ao cumprimento dos objectivos definidos. Deste modo, propõe-se a reavaliação da frequência do programa de monitorização nas fases de pré-construção e construção, caso estas se estendam conjuntamente por um período superior a um ano.

### **Quirópteros**

#### **Parâmetros a monitorizar**

A monitorização dos quirópteros deve incluir conjuntamente a detecção das espécies efectivamente ocorrentes (através da detecção de indivíduos em voo) e a prospecção de abrigos (fases de pré-construção e construção), e a avaliação do impacto dos aerogeradores sobre este grupo (fase de exploração) através da mortalidade verificada após a implementação destas estruturas.

Deste modo, consideram-se os parâmetros a monitorizar: as espécies efectivamente presentes, e posteriormente o número de cadáveres e animais acidentados, associados ao funcionamento dos aerogeradores.

#### **Locais e métodos de amostragem**

Face à tipologia da área afecta ao projecto, a prospecção de abrigos na área deve-se centrar nas zonas florestais e nos edifícios existentes, em particular os que se apresentem de menor utilização. Esta metodologia permite reforçar os resultados obtidos pelos pontos de escuta no que respeita às espécies efectivamente presentes, sendo também essencial na avaliação de impactes a produzir após a entrada em funcionamento do parque eólico.

Os pontos de escuta serão distribuídos de acordo com a tipologia de habitats existentes na área, passíveis de albergar quirópteros, nomeadamente por se constituírem como possíveis habitats de caça utilizados por este grupo. Desta forma, são estabelecidos pontos de amostragem nas áreas de esteval, nas áreas artificializadas, nas áreas florestadas de pinhal, olival e eucaliptal e na área associada à linha de água existente a norte da área de estudo. Face à distribuição destes habitats na área, a sua localização exacta deve, também, ponderar a localização dos aerogeradores, o que permite avaliar eventuais incompatibilidades de utilização dos habitats pelas espécies na presença daquelas estruturas.

Na sequência do acima descrito, propõe-se o estabelecimento de 10 pontos de escuta, distribuídos da seguinte forma pelos habitats existentes:

- 1 Ponto no habitat “áreas artificializadas”;
- 1 Ponto no habitat “linha de água”;
- 1 Ponto no habitat “áreas florestadas – eucaliptal”;
- 1 Ponto no habitat “áreas florestadas – olival”;
- 2 Pontos no habitat “áreas florestadas – pinhal”;
- 4 Pontos no habitat “esteval”.

Nos pontos de escuta deve ser efectuada a detecção de ultra-sons de várias frequências, com gravação dos registos recolhidos. Posteriormente, deve ser realizada a correspondência dos diferentes registos às frequências emitidas pelas diferentes espécies.

Na fase de exploração, paralelamente à realização dos pontos de escuta, em cada campanha deve ser, também, efectuada a procura de cadáveres e indivíduos acidentados junto a cada um dos aerogeradores. O protocolo desta metodologia assenta na definição de um raio de 50 m à volta de cada aerogerador, que será percorrido através de transectos espaçados 10 m entre si, de forma a garantir uma eficiente procura dos indivíduos acidentados e cadáveres.

A análise da mortalidade das diferentes espécies de quirópteros associada à presença/funcionamento dos aerogeradores, permite estabelecer o risco associado a cada espécie, na presença dos dados de utilização do habitat pelas diferentes espécies.

#### **Frequência de amostragem**

A prospecção de abrigos deve ser efectuada em duas épocas distintas, perfazendo duas campanhas no primeiro ano.

O protocolo respeitante à definição de pontos de escuta deve ter uma periodicidade de 2 em 2 meses no primeiro ano. Esta frequência deve ser aferida no final do primeiro ano de amostragem, em sequência dos resultados obtidos. Não obstante e qualquer que seja a periodicidade definida após este período, todas as fases (pré-construção, construção e exploração) devem ser sujeitas a monitorização. Sublinha-se a particularidade da fase de exploração, pois será somente nesta fase que será avaliado especificamente o impacto dos aerogeradores sobre este grupo biológico.

### **Avifauna**



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
*Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente*

#### **Parâmetros a monitorizar**

A monitorização deste grupo biológico incidirá na avaliação da utilização da área pela avifauna em geral (fases de pré-construção e construção), e na avaliação do impacte dos aerogeradores sobre este grupo (fase de exploração).

Desta forma, os parâmetros a monitorizar consistem na detecção de espécies e avaliação da sua abundância, no grau de utilização do habitat pelas diferentes espécies, e posteriormente no número de cadáveres e indivíduos acidentados, associados ao funcionamento dos aerogeradores.

#### **Locais e métodos de amostragem**

A avaliação da utilização da área pela avifauna assenta na realização de censos visuais através do estabelecimento de pontos de contagem.

No primeiro ano de monitorização propõe-se a realização de 4 pontos de amostragem, distribuídos pela área de estudo, de forma a abarcar toda a área afectada ao projecto. Estes pontos devem localizar-se em pontos elevados, de forma a permitir um alargado campo de visão. Os quatro pontos de amostragem terão, necessariamente, de garantir a visualização dos quatro aerogeradores a implementar.

Nas fases de pré-construção e construção, a realização de censos visuais consistirá no registo de todas as espécies que façam uma utilização da área, com especial incidência no grupo das rapinas, por ser caracteristicamente um grupo que alberga espécies com elevado estatuto de conservação.

Na fase de exploração, o objectivo principal dos censos é registar a aproximação dos indivíduos aos aerogeradores, e registar os casos em que houve alteração do seu percurso de voo devido a estas estruturas. Esta metodologia permite avaliar o comportamento dos diferentes grupos avifaunísticos face à presença das turbinas.

Ainda na fase de exploração, paralelamente à realização dos censos visuais, em cada campanha deve ser, também, efectuada a procura de cadáveres e animais acidentados junto a cada um dos aerogeradores.

Pela semelhança de objectivos e procedimento metodológico, esta operação pode ser realizada simultaneamente com a mesma prospecção dirigida aos quirópteros. O protocolo desta metodologia assenta na definição de um raio de 50 m à volta de cada aerogerador, que será percorrido através de transectos espaçados 10 m entre si, de forma a garantir uma eficiente procura de indivíduos acidentados e cadáveres.

A análise da mortalidade das diferentes espécies de avifauna, associada à presença/funcionamento dos aerogeradores, permite estabelecer o risco associado a cada grupo, após agrupamento dos dados.

#### **Frequência de amostragem**

O protocolo respeitante aos censos visuais deve ter uma periodicidade de 2 em 2 meses, no primeiro ano. Esta frequência deve ser aferida no final do primeiro ano de amostragem, na sequência dos resultados obtidos. Não obstante e qualquer que seja a periodicidade definida após este período, todas as fases (pré-construção, construção e exploração) deverão ser sujeitas a monitorização. Sublinha-se a particularidade da fase de exploração, pois será somente nesta fase que será avaliado especificamente o impacte das estruturas sobre a componente avifaunística.

As campanhas de amostragem devem ter em consideração as épocas migratórias das espécies, em particular das espécies importantes do ponto de vista da conservação, descritas como ocorrentes na área do Parque Natural do Tejo Internacional.

<b>Validade da Decisão:</b>	8 de Abril de 2012
-----------------------------	--------------------

<b>Entidade de verificação da Decisão:</b>	Autoridade de AlncA
--	---------------------

<b>Assinatura:</b>	<p>O Secretário de Estado do Ambiente</p> <p>Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa (No uso das delegações de competências, despacho n.º 932/2010 (2.ª série), publicado no Diário da República de 14/01/2010)</p>
--------------------	--

Anexo: Resumo do conteúdo do procedimento, incluindo pareceres apresentados pelas entidades consultadas; Resumo da consulta pública; e Razões de facto e de direito que justificam a decisão.





MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
*Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente*

**ANEXO**

<b>Resumo do conteúdo do procedimento, incluindo dos pareceres apresentados pelas entidades consultadas:</b>	<p><u>Resumo do conteúdo do Procedimento</u></p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ A CCDR-C, enquanto Entidade Coordenadora de AlncA, deu início ao procedimento em apreço no dia 6 de Novembro de 2009.</li><li>▪ Após análise preliminar do ElnCA, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 225/2007, de 31 de Maio, decidiu solicitar elementos, sob a forma de aditamento ao ElnCA.</li><li>▪ Os elementos solicitados foram enviados pelo promotor, e, depois de analisados, a CCDR-C declarou a conformidade do ElnCA no dia 1 de Fevereiro de 2010.</li><li>▪ O período de Consulta Pública decorreu durante 20 dias úteis, entre dia 8 de Fevereiro de 2010 e dia 5 de Março de 2010.</li><li>▪ O parecer técnico foi realizado com base nos seguintes elementos:<ul style="list-style-type: none"><li>- ElnCA (Relatório Síntese e Aditamento);</li><li>- Visita ao local do projecto, acompanhada pelo proponente, a qual decorreu no dia 16 de Março de 2010;</li><li>- Parecer interno da Divisão Sub-Regional de Castelo Branco;</li><li>- Pareceres externos solicitados;</li><li>- Documento da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) "Medidas de Minimização Gerais para a Fase de Construção".</li></ul></li><li>▪ O Parecer Técnico Final foi concluído no dia 23 Março 2010.</li><li>▪ Preparação da proposta de DlnCA e envio para a tutela (registo de entrada n.º 1515, de 29 de Março de 2010).</li><li>▪ Emissão da DlnCA.</li></ul> <p><u>Resumo dos Pareceres Externos</u></p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ A <u>Autoridade Florestal Nacional</u> (AFN) emitiu parecer favorável ao projecto, condicionado ao cumprimento da legislação em vigor, nomeadamente:<ul style="list-style-type: none"><li>- Do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de Junho, quanto à preservação de exemplares de sobreiro, como espécie protegida;</li><li>- Da Portaria n.º 103/2006, de 6 de Fevereiro, dado que todo o território nacional foi considerado, pela Portaria n.º 553-B/2008, de 27 de Junho, afectado pelo nemátodo da madeira do pinheiro, impõe restrições para o controlo e erradicação desta doença;</li><li>- Do Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) da Beira Interior Sul (D.R. n.º 10/2006, de 24 de Julho), no que respeita às espécies a utilizar na recuperação paisagística;</li><li>- À salvaguarda da operacionalidade do posto de vigia "Olelas";</li><li>- Do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 55/2007, de 12 de Março, sobre a utilização de terrenos com povoamentos florestais percorridos por incêndios;</li><li>- Do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, que o republica, para aspectos relacionados com a protecção e segurança de pessoas e bens contra incêndios florestais e o disposto no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios do Concelho de Castelo Branco.</li></ul></li><li>▪ A <u>Autoridade Nacional de Comunicações</u> (ANACOM) informou não terem sido</li></ul>
--	--



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
*Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente*

	<p>identificados quaisquer condicionalismos à instalação do Parque Eólico, decorrentes da existência de servidões radioelétricas, já constituídas ou em constituição, pelo que nada tem a objectar, desde que o projecto não provoque interferências/perturbações na recepção radioelétrica em geral e, em particular, na recepção de emissões de radiodifusão televisiva.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ A Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) informou não existirem quaisquer condicionantes que ponham em risco a utilização das infraestruturas da rede de comunicações e de socorro, nomeadamente de combate a incêndios florestais. Sugere, no entanto, que sejam escrupulosamente executadas as recomendações da Circular de Informação Aeronáutica (CIA) n.º 10/03, de 6 de Maio, do Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC) - Limitações em Altura e Balizagem de Obstáculos Artificiais à Navegação Aérea.</li><li>▪ O <u>Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico</u> (IGESPAR) emitiu parecer favorável ao projecto.</li><li>▪ O <u>Instituto Geográfico Português</u> (IGP) informou que todas as infraestruturas a implantar devem estar a mais de 15 metros dos vértices geodésicos e não poderão obstruir as visibilidades das direcções constantes das respectivas minutas de triangulação. Da análise das coordenadas dos aerogeradores a instalar, considerou que a localização proposta não constitui impedimento para a prossecução das suas actividades.</li></ul> <p>Posteriormente ao envio do Parecer Técnico Final para a tutela foi recepcionado o parecer externo da <u>Câmara Municipal de Castelo Branco</u>, a qual emitiu parecer favorável ao projecto.</p>
--	--

<b>Resumo do resultado da consulta pública:</b>	Não foram recebidos pareceres no âmbito da Consulta Pública.
---	--

<b>Razões de facto e de direito que justificam a decisão:</b>	<p>A emissão da presente DInCA é fundamentada no teor do Parecer e na respectiva proposta de decisão da CCDD-C, destacando-se, de seguida, os principais aspectos que a justificam.</p> <p>O projecto foi objecto de um EInCA, ao abrigo do n.º 1, do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 225/2007, de 31 de Maio, por se localizar parcialmente em área de Reserva Ecológica Nacional (REN).</p> <p>O Parque Eólico ENERFER I irá localizar-se no concelho de Castelo Branco, inserindo-se em cumeeira da serra da Oleosa, a nordeste da povoação de Retaxo. O projecto prevê a implantação de 4 aerogeradores de 2MW, totalizando uma potência instalada de 8MW, bem como uma linha aérea de 30kV, a definir, que estabelecerá a ligação à rede pública.</p> <p>Refira-se que nem o parque eólico nem o corredor da linha eléctrica interferem com áreas classificadas do ponto de vista da conservação da natureza.</p> <p>O projecto em apreço enquadra-se na política nacional e comunitária de apoio às Fontes de Energia Renováveis (FER), visando o aproveitamento sustentado dos recursos endógenos e renováveis e a diminuição da dependência energética nacional, contribuindo para a segurança no abastecimento e para a redução das emissões de gases de efeito de estufa (GEE's) com vista ao cumprimento do Protocolo de Quioto, no quadro do Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) e da Estratégia Nacional para a Energia (Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro), que estabelece o objectivo nacional, até 2012, de ter instalados 5.700MW de origem eólica.</p> <p>A execução do presente projecto permitirá evitar a emissão de cerca de 28.800t/ano de CO<sub>2</sub> equivalente, contribuindo, assim, para o cumprimento dos objectivos anteriormente elencados.</p> <p>Refira-se que o projecto representa, ainda, um contributo para o cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal junto da União Europeia, que obrigam o país a garantir 45% da produção de energia eléctrica (meta nacional estabelecida pela</p>
---	---



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
**Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente**

	<p>Directiva FRE) com recurso a fontes de energia renováveis, até ao ano de 2012.</p> <p>Destacam-se os seguintes impactes positivos:</p> <p>i. A nível global:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Contribuição para o desenvolvimento de fontes de energia promotoras de um desenvolvimento sustentável;</li><li>• Diminuição da pressão imposta sobre a produção de energia a partir de combustíveis fósseis;</li><li>• Diminuição das emissões de poluentes atmosféricos resultantes da queima de combustíveis fósseis, em particular dos gases com efeito de estufa.</li></ul> <p>ii. A nível nacional:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Melhoria da gestão da energia no quadro da política energética nacional;</li><li>• Contribuição para o crescimento de forma sustentada das capacidades permanentes de produção energética;</li><li>• Diminuição da dependência nacional de combustíveis fósseis e de energia eléctrica importados;</li><li>• Restrição à saída de divisas, já que, em termos energéticos, Portugal apresenta uma balança comercial largamente deficitária;</li><li>• Fomento da utilização de tecnologias energéticas avançadas e desenvolvimento do conhecimento nesta área tecnológica.</li></ul> <p>iii. A nível regional e local:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Valorização e utilização de recursos naturais endógenos e renováveis;</li><li>• Dinamização de actividades económicas e criação de emprego a nível local e regional;</li><li>• Diversificação e melhoria da qualidade do fornecimento de energia eléctrica à população;</li><li>• Aumento das fontes municipais de rendimento, com os consequentes benefícios para a população, já que a exploração do Projecto gera um rendimento fixo em benefício dos municípios e dos proprietários dos terrenos envolvidos.</li></ul> <p>No que se refere aos impactes negativos identificados, associados, essencialmente, à fase de construção, considera-se que as medidas de minimização definidas asseguram a manutenção e equilíbrio das condições naturais da área, não colocando em causa valores relevantes para a conservação da natureza nem afectando, significativamente, o equilíbrio ecológico da área de implantação do projecto.</p> <p>Relativamente à fase de exploração refere-se que as medidas de minimização propostas e, sobretudo, a execução do Plano de Recuperação Paisagística, permitem atenuar o impacte negativo resultante face à intrusão visual do projecto na paisagem.</p> <p>Face ao exposto, resulta que o projecto do “Parque Eólico ENERFER I” poderá ser aprovado, desde que cumpridas as condições constantes da presente DIncA.</p>
--	---